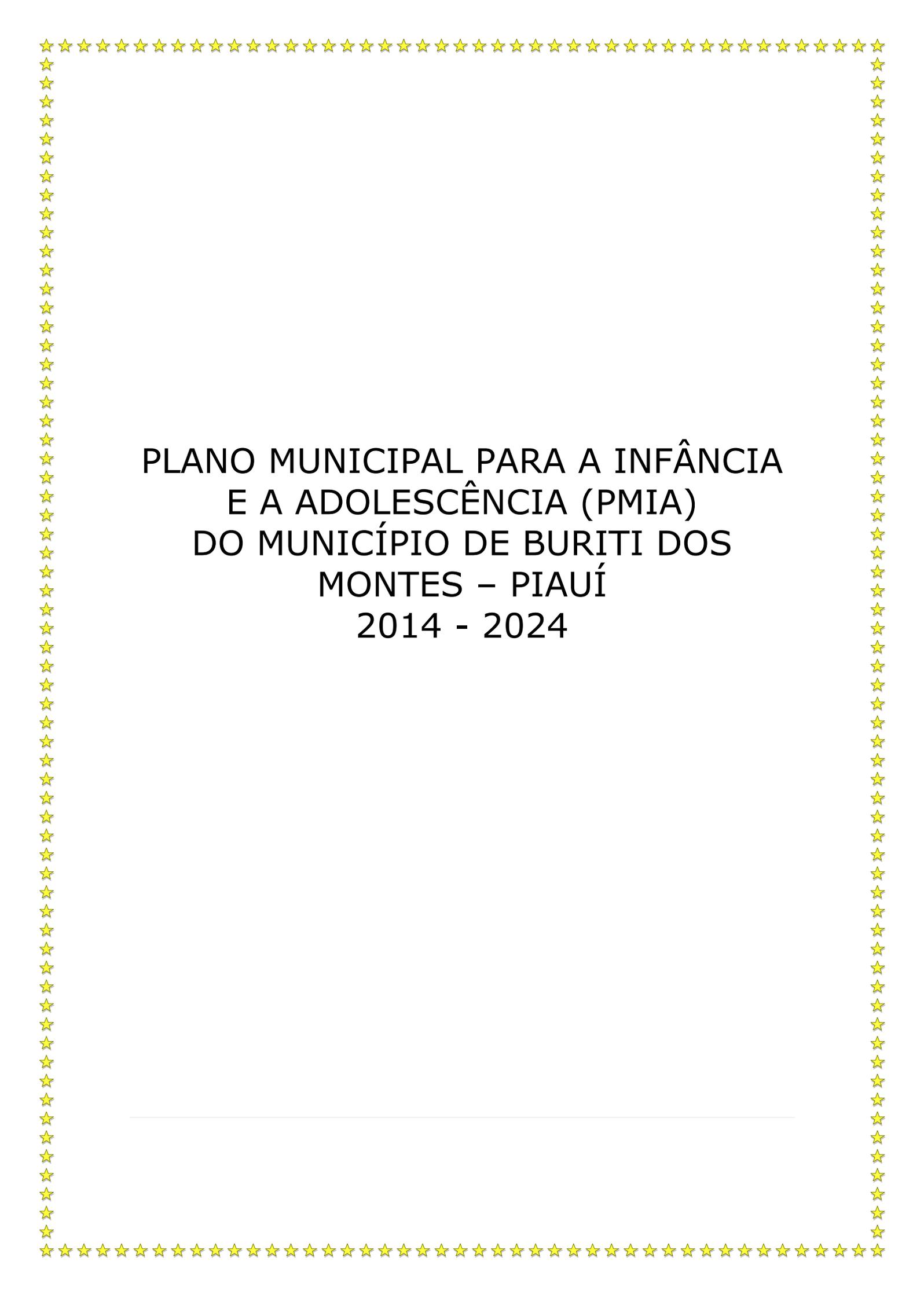


PLANO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA
E A ADOLESCÊNCIA (PMIA)
DO MUNICÍPIO DE BURITI DOS
MONTES – PIAUÍ
2014 - 2024



PLANO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA
E A ADOLESCÊNCIA (PMIA)
DO MUNICÍPIO DE BURITI DOS
MONTES – PIAUÍ
2014 - 2024

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.....	9
2.1 Dados demográficos e econômicos.....	9
2.2 Proteção social.....	12
2.3 Sobre a saúde.....	17
2.4 Sobre a educação.....	21
2.5 Algumas pontuações.....	29
3. CONCEITOS DA MATRIZ LÓGICA.....	30
4. MATRIZ LÓGICA.....	32

APRESENTAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Buriti dos Montes, ao longo dos anos, vem desenvolvendo ações que reforçam e efetivam as políticas de proteção à infância e adolescência, por meio da ação conjunta e articulada da sociedade civil e do poder público, nas suas diferentes instâncias.

O compromisso dos gestores e da comunidade tem sido o fortalecimento institucional da Prefeitura, das Secretarias e dos Conselhos para que as ações para crianças e adolescentes, especialmente na primeira infância, estejam mais perto desta população, entendendo não apenas o universo das explorações e abusos, mas o universo particular dessas meninas e meninos.

Nesse contexto, tem se preocupado em garantir políticas públicas destinadas a atendê-los em espaços de cidadania; ressaltando e aprofundando direitos; trabalhando as principais temáticas que fazem a diferença na vida de cada uma e de cada um; estimulando potenciais e talentos; incluindo a família e a comunidade na busca e desenvolvimento de soluções; dialogando, incluindo, universalizando direitos e deveres.

Com a finalidade de conhecer às problemáticas que permeiam a vida de crianças e adolescentes, bem como, a disponibilização e qualidade das políticas públicas para esta população, elaborou-se o Diagnóstico da Situação da Infância e Adolescência, um estudo realizado por meio de pesquisa de campo, do levantamento de dados oficiais, entre outras fontes que subsidiaram a elaboração do Plano Municipal da Infância e Adolescência – PMIA.

O processo de elaboração do diagnóstico contou com a efetiva participação de representantes da sociedade civil organizada, do poder público, de crianças, adolescentes e suas famílias através de fóruns comunitários e reuniões coletivas de trabalho, que possibilitaram a

escuta de diferentes atores que atuam direta ou indiretamente nesta área. Este trabalho foi realizado a luz da diretriz constitucional expressa no Inciso 7º do Art. 227 da Constituição Federal (1998) [...] “a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”.

A elaboração do Diagnóstico da Situação da Infância e Adolescência desenvolveu-se a partir das seguintes etapas:

- ❖ Realização de reuniões com representantes das áreas de saúde, educação, assistência social, conselho tutelar, sociedade civil organizada para apresentação e discussão da proposta de elaboração do Diagnóstico;

- ❖ Criação de um grupo de trabalho intersetorial responsável por fazer o levantamento dos dados e informações em cada setor para construção dos formulários, seguido de levantamento dos dados e das informações;

- ❖ Levantamento e análise de dados em sites oficiais a respeito de indicadores sobre a população de crianças e adolescentes do município;

- ❖ Levantamento de projetos, programas, planos e políticas públicas sociais, equipamentos públicos e serviços básicos de atendimento à infância e adolescência;

- ❖ Realização da pesquisa de campo para coleta e análise de dados complementares nas secretarias municipais e órgãos que atendem crianças e adolescentes;

- ❖ Consolidação dos dados, das informações, construção de gráficos e textos do Diagnóstico;

- ❖ Realização de Fóruns Comunitários sobre Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes, cujo objetivo foi mobilizar a participação dos diferentes atores sociais para tomarem conhecimento sobre o Diagnóstico da Situação da Infância e Adolescência e propor ações para o Plano Municipal para a Infância e Adolescência.

Conforme mencionado, a realização do Diagnóstico subsidiou a elaboração do Plano Municipal para a Infância e Adolescência (PMIA), que propõe ações amplas e articuladas objetivando a promoção e garantia dos direitos da criança e adolescente. Neste Plano, estão traçados objetivos, estratégias, ações, metas, prazos e responsáveis para que o Município de Buriti dos Montes, através da ação dos gestores e funcionários públicos, e em parceria com a sociedade e as famílias, assegurem os direitos previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, pelas leis que se aplicam aos diferentes setores, como educação, saúde, assistência, cultura, convivência familiar e comunitária e outros que lhes dizem respeito.

O Plano Municipal para a Infância e Adolescência representa a vontade dos buritienses em assegurar que todas as crianças e adolescente tenham direito de nascer, sobreviver e crescer e ser prioridade nas políticas públicas. É válido ressaltar que este plano contempla ações e estratégias de outros planos como: Plano Municipal de Educação, Plano Municipal de Saúde, Plano Municipal de Assistência Social, entre outros.

O processo de elaboração do Plano Municipal para a Infância e Adolescência foi coordenado pelo Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes e Comissões dos Programas: Prefeito Amigo da Criança e Selo UNICEF Município Aprovado. A sua feitura foi norteada pelos seguintes princípios: crianças e adolescentes são sujeitos históricos e de direito, indivíduos, únicos, com valor em si mesmo; a prioridade absoluta dos direitos das crianças e adolescentes, na atenção, dos recursos, dos programas e das ações; o dever da família, da sociedade e do Estado [na promoção dos direitos]; a integralidade de crianças e adolescentes; a inclusão (social); a articulação e sinergia das ações.

Após a elaboração de ações, os propositores apresentaram em plenária as propostas sugeridas, essa ação foi procedida de discussão, análise e validação. Por fim, a última etapa foi à consolidação das

ações, construção do texto e encaminhamento do mesmo para análise e aprovação do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes e Câmara Municipal de Vereadores.

1.1 Sobre o processo de revisão do PMIA

No ano de 2018, a partir de orientações fornecidas pela Fundação Abrinq, através do Programa Prefeito Amigo da Criança, o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, em parceria com secretários, funcionários públicos, representantes da sociedade civil organizada e integrantes da Comissão do referido Programa iniciaram um processo de revisão do Plano Municipal para a Infância e Adolescência.

Esse processo desenvolveu-se em seis etapas, a saber:

1ª etapa - reunião com secretários municipais, prefeito, representantes do Conselho Tutelar e CMDCA, que se responsabilizaram por articular a participação de mais pessoas no âmbito de cada uma dessas instituições.

2ª etapa - identificação de problemas e soluções pelos secretários, conselheiros e membros de outras instituições. Nesse contexto, organizados em comissão, essas pessoas passaram a trabalhar na releitura do Diagnóstico e PMIA com o propósito de atualizar as informações, analisar a atualidade das problemáticas e propor as soluções com base nas orientações fornecidas pela Fundação Abrinq.

3ª etapa - de posse dos materiais produzidos pelas comissões, a Comissão de articulação do Programa Prefeito Amigo da Criança, consolidou as informações, inserindo-as nos instrumentos propostos pela Fundação Abrinq.

4ª etapa - realizou-se a análise setorial através de uma reunião, onde a matriz do Plano Municipal pela Infância e Adolescência (PMIA) foi apresentada e analisada pela equipe de cada secretaria e conselho.

5ª etapa – a Comissão de articulação do Programa Prefeito Amigo da Criança realizou a consolidação do documento.

6ª etapa – envio do PMIA para o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes e Câmara Municipal de Vereadores para análise e aprovação.

No processo de revisão do PMIA, utilizou-se como referência o Zielorientiert Projectplanung (ZOPP) ou método de Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos, uma técnica de intervenção social, criada e desenvolvida pela Sociedade Alemã de Cooperação Técnica na década de 1980.

O Zopp foi criado para atender à necessidade de ações mais efetivas, partindo de um amplo universo de ideias, opiniões, conhecimentos e experiências individuais, para que se chegue a um plano ou projeto detalhado em seus objetivos e estratégias. Através desse método, as equipes de Buriti dos Montes foram envolvidas no processo de identificação de problemas e planejamento de intervenções.

As ações do PMIA de Buriti dos Montes estão sendo realizadas, fundamentalmente, através da formação continuada dos servidores públicos e membros da sociedade civil organizada, orientações e subsídios necessários para o trabalho dos profissionais que atuam na área da infância e adolescência.

O acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do PMIA estão sendo realizados através reuniões coletivas de trabalho, da elaboração de relatórios anuais com apresentação das ações desenvolvidas e seus impactos na melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes. Os dados oficiais estão subsidiando a visualização do impacto das ações, bem como o cumprimento das metas.

Vale salientar que a participação da comunidade nestes momentos de monitoramento e avaliação está acontecendo por meio de fóruns e audiências públicas. Além disso, está sendo realizado o monitoramento

presencial através de visitas do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes às instituições que atendem crianças e adolescentes.

Esse monitoramento objetiva disponibilizar informações sobre a execução do Plano, sobretudo, prestando apoio e orientações para superação das dificuldades detectadas ao longo do processo.

O Plano está sendo avaliado por meio de um processo contínuo, onde resultados parciais e finais são analisados, tendo como referencial os objetivos propostos, as metas, avanços e retrocessos no processo de operacionalização.

Atenciosamente,

*Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes e
Comissões dos Programas: Prefeito Amigo da Criança e Selo UNICEF
Município Aprovado*

2. DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Buriti dos Montes originou-se do desmembramento do município de Castelo do Piauí. A elevação do povoado à categoria de cidade ocorreu através da lei estadual nº 4.477 de 29 de abril de 1992, tendo a sua emancipação política ocorrido em 1º de janeiro de 1993, pelo artigo 35, inciso II, do ato das disposições constitucionais transitórias, da Constituição Estadual de 05-10-1989.

O município localiza-se na microrregião de Campo Maior, mesorregião do centro-norte do semiárido piauiense, se estende por 2 652,1 km² e conta com 7. 977 habitantes, segundo o último censo do IBGE (2010). A densidade demográfica é de 3 habitantes por km².

2.1 Dados demográficos e econômicos

Quanto à distribuição da população, 2.421 pessoas residem na área urbana e 5.556 em áreas rurais, ou seja, trata-se de uma população predominantemente rural. Segundo dados do IBGE (2010) o município possui uma população composta por 4.143 pessoas do sexo masculino e 3.834 pessoas do sexo feminino.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -1,7% ao ano. Crianças e jovens detinham 37,4% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 2.718 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 28,8% da população, totalizando 2.300 habitantes.

Do período de 2000 a 2010 houve significativa redução das taxas de natalidade e conseqüentemente da população infanto-juvenil por faixa etária. Em 2000 a população de 0 a 3 anos era composta por 705 crianças, já em 2010 o IBGE registrou apenas 476. Na idade de 4 e 5

anos baixou de 379 (2000) para 279 (2010). Entre as crianças de 6 a 14 anos eram 1.634 em 2000 baixando para 1.545 em 2010. Já na faixa etária de 18 a 24 anos houve crescimento de 965 em 2000 para 1.049 em 2010. Entre a população de 25 a 34 anos a ampliação foi de 1017 (2000) para 1.167 (2010).

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH varia de 0 a 1, considerando indicadores de longevidade (saúde), renda e educação. Quanto mais próximo de (0), pior é o IDH de um município. Quanto mais próximo de 1, mais alto. Neste aspecto, o município de Buriti dos Montes possui um Índice de Desenvolvimento Humano baixo, de 0,574.

A base econômica do município é essencialmente agrícola, tendo como principais culturas: feijão, milho, mandioca, arroz e cana-de-açúcar. A pecuária é caracterizada pela criação extensiva de gado e a produção de queijo. No extrativismo vegetal destaca-se pela exploração do pó da carnaúba e produtos artesanais como, chapéus, cestos, bolsas, etc.

De acordo com o Boletim do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013), entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 74,2%, passando de R\$ 13,9 milhões para R\$ 24,3 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 71,0%.

O Boletim do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013), informa que os dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 7.974 residentes, dos quais 2.931 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 36,8% da população municipal vivia nessa situação.

Dados do Programa Bolsa Família informam que o total de famílias inscritas no Cadastro Único em dezembro de 2014 era de 2.147 dentre as quais: 1.705 com renda per capita familiar de até R\$77,00; 165 com renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00; 169 com renda

per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo; 208 com renda per capita acima de meio salário mínimo. Ou seja, trata-se de um município onde a maioria das pessoas são pobres.

2.2 Proteção social

O município de Buriti dos Montes desenvolve ações de proteção social básica, cujo objetivo é prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

A Proteção Social Básica tem como porta de entrada do Sistema Único da Assistência Social o Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, unidade pública municipal, integrante do SUAS, , destinado à prestação de serviços socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência. Além de um CRAS, o município conta também com a atuação uma equipe volante responsável pelo atendimento das populações camponesas.

O CRAS oferta o Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família- PAIF, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos e contribuir na melhoria de sua qualidade devida e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que tem caráter preventivo e proativo, realizado em grupos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida. Estes dois serviços destinam-se a crianças, adolescentes, idosos em situação de vulnerabilidade.

Dispõe também do Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiária do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC/LOAS, com prioridade para aquelas na faixa etária de zero a dezoito anos, conhecido como BPC na ESCOLA. Atualmente o município atende a 30 pessoas, entre as quais existem crianças e adolescentes.

O Conselho Tutelar (CT) é um órgão permanente e autônomo que zela pelos direitos da criança e do adolescente do município. Sua criação e funcionamento estão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Este Conselho funciona das oito horas às 12 horas no horário da manhã e das 13 horas às 17 horas da tarde e possui uma escala de plantão em que cada dia um conselheiro encontra disponível das 18 horas da noite às 08 horas da manhã do dia seguinte.

No que se refere a infraestrutura, o CT dispõe de condições básicas de funcionamento como telefone e acesso à internet com uso compartilhado, computador, mesas, cadeiras, salas de recepção, salas reservada, não possui veículo próprio, mas a Secretaria Municipal de Assistência Social disponibiliza transporte quando necessário. Está localizado no centro da cidade em local de fácil acesso à população.

Os conselheiros tutelares realizam reuniões sistemáticas e frequentes, com registro em ata assinada pelos participantes. O CT não possui equipe de apoio interdisciplinar, mas quando necessita de algum serviço, os mesmos recorrem ao Centro de Referência da Assistência Social para contato com psicóloga, assistente social e psicopedagogos.

O Conselho Municipal pelo Direitos da Criança e do Adolescente é o órgão que propõe, decide, acompanha e avalia as políticas públicas municipais voltadas a indivíduos de 0 a 17 anos, de acordo com o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É formado por membros do governo municipal, indicados pelo prefeito, e membros da sociedade civil escolhidos pelas organizações representadas no Fórum Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente – Fórum DCA.

O CMDCA de Buriti dos Montes funciona no centro da cidade, na Casa dos Conselhos e conta com os serviços de uma pessoa responsável pela sua administração. O Conselho realiza as reuniões ordinárias e reuniões extraordinárias sempre que é necessário tomar uma decisão, discutir sobre eventos e ações a serem realizadas que digam respeito a crianças e adolescentes. Todas as reuniões são registradas em atas que são assinadas pelos participantes.

Apesar da estrutura da política de proteção, problemas como violência e uso indevido de drogas, são mazelas que afetam principalmente o futuro das crianças, adolescentes e jovens da cidade, conforme quadro abaixo, contendo dados consolidados dos anos de 2017 e 2018.

DIREITO FUNDAMENTAL	TIPO DE VIOLAÇÃO	NÚMERO
VIDA E SAÚDE	CONSUMO DE DROGAS	2
	NEGLIGÊNCIA NO ATENDIMENTO	0
LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE	ESTRAVIO DE DOCUMENTAÇÃO	0
	ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR	1
	ABUSO SEXUAL EXTRAFAMILIAR (SEM FINS DE COMÉRCIO)	0
	VIOLÊNCIA SEXUAL	1
	EXPLORAÇÃO SEXUAL, COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	0
	TRÁFICO DE DROGAS	0
	VIOLÊNCIA FÍSICA	15
	VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	15
	VIOLÊNCIA VERBAL	10
	AMEAÇA	1
	OUTRAS	6
CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	ABANDONO	1
	NEGLIGÊNCIA	14

	CONFLITO FAMILIAR(FILIAÇÃO/GUARDA)	8
	NEGAÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA	0
	MAUS TRATOS	3
	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	4
	VULNERABILIDADE SOCIAL	2
	OUTRAS	2
EDUCAÇÃO, ESPORTE, ESPORTE E LAZER	INDISCIPLINA (VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E SIMBÓLICA)	3
	FALTA DE VAGAS EM ESCOLAS	0
	NEGLIGÊNCIA	0
PROFISSIONALIZAÇÃO E TRABALHO	TRABALHO INFANTIL	1
	NEGLIGÊNCIA	0
	OUTRAS	0

Fonte: dados fornecidos pelo Conselho Tutelar.

A análise revela que as piores situações de violação de direito referem-se a violência física (15 casos), violência psicológica (15 casos), violência verbal (10 casos). Em relação à última pesquisa feita no ano de 2014, percebe-se que houve diminuição nos índices de consumo de consumo de drogas de 4 para 2 casos, indisciplina de 8 para 3 casos, e abuso e violência sexual de 07 para 02 casos.

Para melhores esclarecimentos apresenta-se um breve estudo sobre cada uma dessas violações.

No município de Buriti dos Montes, 30% dos casos dos casos de crianças e adolescentes com violação de direitos apuradas pelo conselho tutelar, segundo local de moradia, acontecem nas áreas urbanas e 60% nas comunidades rurais. 60% dos casos são praticados contra pessoas do sexo masculino e 40% do sexo feminino. As áreas rurais em que ocorrem os maiores índices são: Nova Olinda (5 casos), Jati (4 casos) e Jatobá Medonho (3 casos).

Nessa área, os principais problemas identificados foram:

- ❖ Muitas famílias vivendo em situação de pobreza e dependentes de programas de distribuição de renda como o Bolsa

Família. Neste contexto de pobreza e vulnerabilidade, as crianças e os adolescentes são os que mais sofrem;

- ❖ Apesar dos investimentos nas áreas de educação, saúde e assistência social, com resultados visíveis, as crianças e adolescentes de Buriti dos Montes estão expostos a várias situações de risco;

- ❖ Baixa produtividade na agricultura e criação de animais, seja devido aos longos períodos de estiagem vividos nos últimos 10 (dez) anos, seja indisponibilidade de terras produtivas destinadas ao plantio, ou mesmo da acomodação de algumas famílias. Este fato tem contribuído para o aumento da pobreza e dependência dos programas de distribuição de renda do Governo Federal.

- ❖ Falta de operacionalidade das políticas de assistência social e da área econômica em promover o desenvolvimento local sustentável, seja por meio de ações formativas (cursos, oficinas, palestras, feiras e outros), seja pela ausência de parcerias público-privadas e ou com organizações não governamentais possam incentivar a geração de emprego e renda na região.

Com o propósito de resolver estas problemáticas sugere-se que seja realizado um cadastro de todas as famílias em situação de pobreza para priorizar o atendimento destas famílias em Programas e projetos de geração de emprego e renda; aperfeiçoar os instrumentais de registros de informações; realizar planejamento articulado com órgãos do sistema de garantia de direitos e proteção (Conselhos Tutelar e de Direitos, Ministério Público, Poder Judiciário, serviços de saúde, educação e assistência social); realizar capacitações continuadas para integrantes do Sistema de Garantia de Direitos; assegurar o acolhimento das crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos e violência sexual por meio da implantação de um serviço especializado. Também é necessário mobilizar e conscientizar as famílias sobre a importância do desenvolvimento sustentável, oferecendo subsídios para que os mesmos possam ampliar plantios, construir hortas e pomares e criar animais de pequeno porte que sobrevivam no

semiárido; Mapear o potencial agropecuário, extrativista e turístico do município para incentivar a implantação de projetos de geração de renda e promover eventos e cursos na área da geração de emprego e renda para incentivar o empreendedorismo no campo e na cidade.

2.3 Sobre a saúde

No que se refere à área da saúde, como se trata de um município de pequeno porte, o Governo Federal é o principal financiador e o município financia as ações e os serviços de atenção básica. Quando não tem condições de ofertar os serviços mais complexos de saúde, pactua com outros municípios da região (Castelo do Piauí, Campo Maior e Teresina) a forma de atendimento integral à população.

No universo da atenção básica, Buriti dos Montes possui estrutura composta por seis Unidades Básicas de Saúde: UBS Francisco Alves do Monte (Centro), USB Cana Brava (Povoado Cana Brava), USB Nova Olinda (Povoado Nova Olinda), USB Jatobá Medonho (Povoado Jatobá Medonho), USB Morro do Jati (Povoado Jati) e NASF Feliciano Martins (Centro). Também é responsável pela contratação e remuneração dos profissionais que compõem as equipes de Atenção Básica: os Agentes do Programa Saúde da Família (PSF), os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e as equipes de saúde bucal. Além disso, ajuda a financiar os medicamentos da assistência farmacêutica ligados à atenção básica e desenvolver campanhas de educação.

A Secretaria Municipal de Saúde em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, desenvolvem o Programa Saúde na Escola (PSE) que visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida dos educandos a partir de ações que são desenvolvidas em âmbito escolar.

Na atenção básica, dentre as áreas consideradas estratégicas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), estão a saúde bucal para a população de 0 a 14 anos, a saúde da criança e da mulher. Além disso, a redução

da mortalidade infantil também é um dos desafios do Pacto pela Vida, celebrado em 2006.

No tocante à mortalidade infantil, o município vinha reduzindo estes índices até o ano de 2017, mas em 2018 houveram dois óbitos, conforme Quadro abaixo:

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Nº/%	0	3	2	0	0	0	0	2
		11,11	9,09%					9,09%
		%						

Fonte: dados da Secretaria Municipal de Saúde (2018).

Em 2018 houveram dois óbitos causados por doenças oncológicas, infelizmente. No que se refere a taxa de mortalidade infantil em crianças menores de 5 anos, no período de 2015 a 2017 não houve óbito. Em 2018 houveram dois casos.

A redução dos índices de mortalidade infantil deve-se principalmente as ações de proteção da saúde materna / infantil como: a disponibilização de vacinas de rotina, realização de atividades de conscientização através das campanhas de vacinação, cuidados com a infância, aleitamento materno exclusivo, entre outras.

O percentual de mulheres grávidas com 6 ou mais consultas de pré-natal vem sendo ampliado, significativamente nos últimos seis anos, conforme Quadro abaixo:

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Nº/%	42,2	29,9	79,7	86,67	65,0	66,70	71,80	85,71

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Saúde (2019).

Essa ampliação é resultado dos investimentos em infraestrutura, condições de trabalho e conscientização das famílias. É válido ressaltar

que a taxa de mortalidade materna em mulheres com idade fértil continua zerada desde o ano de 2014. Nos últimos dez anos, não houveram casos de transmissão vertical (da mãe para o bebê).

Embora o município desenvolva ações que incentivam o aleitamento materno exclusivo até os seis meses, este indicador apresenta oscilações de um ano para outro. Conforme Quadro abaixo:

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Nº/%	67%	73,3%	79,7%	66,67%	S/I	S/I	75,0	83,33

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Saúde (2019).

De uma forma geral, as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde têm foco especial ao atendimento de crianças e adolescentes. A promoção de vidas saudáveis tendo como objetivo a garantia da efetiva universalização e a superação das desigualdades sociais e iniquidades na atenção à saúde, tendo como referência o Pacto pela Saúde do Ministério da Saúde. Ressalta-se que o número de crianças de 0 a 5 anos com desnutrição infantil baixou de 11 casos em 2017 para 3 em 2018.

A Comissão de Notificação e Encaminhamentos de Crianças e Adolescentes Vítimas de Maus Tratos é formada por médicos, enfermeiras e agentes de saúde. Seu objetivo é notificar e encaminhar para o Conselho Tutelar as crianças identificadas. Sua existência está fundamentada na proteção integral da criança e do adolescente, que requer o envolvimento dos seguimentos organizados, sejam governamentais, empresas, comunidades, sejam famílias, escolas, enfim, todos aqueles que possam atender ao chamado da necessidade de oferecer melhores condições de vida a todas as crianças e adolescentes.

Na área da saúde, as principais problemáticas identificadas foram:

❖ As áreas rurais mais isoladas não são atendidas, a contento, devido as longas distâncias;

❖ Parte das equipes de saúde não cumprem integralmente a jornada de trabalho, pois residem em outros municípios;

❖ Falta melhor organização de serviços de monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelas equipes de saúde;

❖ Os problemas de média e alta complexidade são realizados em outros municípios, fato que dificulta o acompanhamento e controle da qualidade;

❖ Existem muitas famílias que, mesmo recebendo as orientações das equipes do PSF, ainda não realizam 7 consultas de pré-natal, não vacinam os filhos, não amamentam até os seis meses, entre outros;

❖ No município existem problemas de consumo de drogas entre adolescentes e jovens;

❖ Falta articulação, monitoramento e avaliação de programas como o PSE – Programa Saúde na Escola.

Apesar dos avanços realizados nos últimos anos, ainda carece de aperfeiçoamento as seguintes ações:

❖ Em relação a mortalidade infantil, apesar de estar sendo reduzida, mas continua sendo um dos principais desafios, tendo em vista que algumas mulheres ainda resistem a realização de um pré-natal acompanhado com no mínimo 7 (sete) consultas e também porque apenas os partos normais são feitos no município. Nesse sentido será necessário redobrar a atenção durante o pré-natal, bem como fazer parceria com redes de atendimento para receber os casos.

❖ É preciso garantir o atendimento integral à criança desde a concepção, passando pelo nascimento e o desenvolvimento, da melhor forma possível, minimizando os óbitos nessa faixa etária. A superação desse desafio passa tanto pela intensificação dos serviços de saúde, como pela conscientização das famílias e melhoria de suas condições de vida.

❖ É necessário garantir a assistência integral às crianças com desnutrição, notadamente aquelas que não estão sendo cobertas por programas sociais e aquelas oriundas de Programas como Bolsa Família.

❖ No que se refere ao aleitamento materno, sabe-se que este é um dos fatores que podem contribuir para uma infância saudável e redução da mortalidade infantil, razão pela qual é fundamental garantir o aumento da prevalência de aleitamento materno exclusivo no município. Para tanto, faz-se necessário melhorar e ampliar os serviços de acompanhamento e conscientização das famílias.

❖ É preciso intensificar e garantir o diagnóstico precoce de algumas doenças de extrema gravidade, que quanto antes diagnosticadas possibilitam melhores condições de tratamento e prevenção de sequelas entre os quais: teste do pezinho (diagnóstico precoce de hipotireoidismo, fenilcetonúria, anemia falciforme), teste da orelhinha (diagnóstico precoce de deficiência auditiva).

❖ É necessário reforçar as orientações sobre planejamento familiar, através do atendimento precoce das gestantes para o acompanhamento de pré-natal, diagnóstico, tratamento e controle efetivos dos agravos que possam acometer as gestantes e comprometer o tempo de duração da gestação, prevenindo a prematuridade e principalmente as doenças congênitas preveníveis, como a Hepatite B, a sífilis, a AIDS, o tétano, a rubéola e a toxoplasmose.

2.4 Sobre a educação

Nos últimos anos, o município de Buriti dos Montes avançou bastante no planejamento e implementação de políticas públicas que contribuíram significativamente para a melhoria da educação. Tal fato foi motivado pela ampliação dos investimentos realizados nas estruturas das escolas, na valorização dos profissionais da educação,

na formação contínua dos profissionais, atenção especial à Educação Infantil e a alfabetização na idade certa, distribuição de material escolar, incentivo a formação de alunos leitores, parceria com as famílias, ampliação do transporte escolar, entre outros aspectos.

A estrutura da educação no município é composta pelas seguintes instituições e órgãos: *Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte; Conselho Municipal de Educação CME/BURITI* criado pela Lei nº 122 de 2006, órgão colegiado do Sistema Municipal de Ensino de natureza participativa e representativa da comunidade na gestão da educação, exercendo as funções de caráter normativo, consultivo e deliberativo; do município nas áreas do Ensino Fundamental e Educação Infantil; *9 Escolas Públicas Municipais*, sendo 2 localizadas na área urbana e 7 escolas do campo situadas em áreas rurais, destas 8 atendem Educação Infantil, sendo 1 urbana e 7 situadas em áreas rurais e *1 escola pública estadual de Ensino Médio* localizada na zona urbana (U.E. Antônio Deromir Soares) que possui um anexo na U.E. General Gayoso localizada no povoado Nova Olinda.

No que diz respeito aos índices de analfabetismo, dados do último Censo Demográfico (2010), aponta que a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 28,8%. Na área urbana, a taxa era de 20,6% e na zona rural era de 32,5%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 7,1%.

No município de Buriti dos Montes, as matrículas na Educação Infantil apresentam dados oscilantes caracterizados por duas realidades díspares e complementares, por um lado pela diminuição das taxas de natalidade infantil e conseqüente redução no número de matrículas e por outros pela ampliação da oferta de acesso à creche e pré-escola, conforme quadro abaixo:

ANO	MATRÍCULAS EM CRECHES	MATRÍCULAS EM PRÉ-ESCOLAS
2010	184	232

2011	194	243
2012	209	227
2013	194	196
2014	240	183
2015	227	203
2016	252	180
2017	233	162
2018	269	165

Fonte: dados do QEdu.

Nos últimos dez anos houve ampliação das matrículas de crianças de 0 a 3 anos. Entre as crianças de 4 e 5 anos as matrículas vem sendo reduzidas ano a ano, fato também evidenciado no Piauí e no Brasil. Dados do Observatório da Fundação Abrinq aponta que o percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola é de 76%. Já o percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola é 96,5%.

A Política de Educação Infantil é orientada pelo *Programa Educação Infantil em Ação*, cujo objetivo principal é fortalecer a política educacional de Educação Infantil, garantindo melhoria nos processos de ensino e aprendizagem por meio da articulação de ações educacionais e intersetoriais. O acompanhamento pedagógico é realizado por uma coordenação em âmbito da Secretaria Municipal de Educação e dos gestores escolares em âmbito das escolas.

Em Buriti dos Montes dados da matrícula no Ensino Fundamental 2010-2018 mostram crescente redução dos matrículas, conforme quadro abaixo.

Ano	Anos Iniciais- Rede Municipal	Anos Finais – Rede Municipal
2010	1.013	405
2011	882	501
2012	783	537
2013	671	637

2014	622	606
2015	587	571
2016	575	568
2017	540	485
2018	481	501

Fonte: Censo Escolar 2010 a 2018.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos últimos dez anos, houve redução do número de matrículas em mais de 100%, passando de 1.013 em 2010 para 481 em 2018, fato ocasionado pela correção do fluxo escolar e redução das taxas de natalidade. É válido salientar que esta etapa é ofertada exclusivamente pelo município, não havendo escolas estaduais ou particulares que atendam alunos matriculados do 1º ao 5º ano. Nos anos finais do Ensino Fundamental, as taxas de atendimento encontram-se mais ou menos equiparadas ao atendimento nos anos iniciais, sendo que a oferta atualmente também é oferecida exclusivamente pelo município, pois desde 2010 a Rede Estadual deixou de matricular alunos nesta modalidade.

Apesar da redução, atualmente no município de Buriti dos Montes a cobertura de matrículas na faixa etária de 6 a 10 anos é de 97,7% e de 11 a 14 anos é 99%.

A estrutura pedagógica das escolas de Ensino Fundamental é organizada por meio das ações do Programa Municipal *Plantando Educação para Colher Desenvolvimento* que tem como foco a promoção e articulação de ações conjuntas desenvolvidas pela Secretaria de Educação em parceria com as escolas, com vistas a uma educação de qualidade. Seu objetivo é oferecer as condições necessárias para o ensino e a aprendizagem e fortalecer a gestão pedagógica das unidades escolares por meio de processos formativos para educadores.

O município de Buriti dos Montes – Piauí, ao longo da última década vem se destacando como promotor de uma das melhores educações públicas do Estado do Piauí, ocupando deste o ano de 2009, as primeiras colocações segundo o Índice de Desenvolvimento da

Educação Básica (IDEB). Em 2017 obteve média de 6,6 nos anos iniciais e 5,9 nos anos finais.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Buriti dos Montes – Dados do Censo Escolar (2017)

Dados da Secretaria Municipal de Educação (2018), informam que as taxas de abandono escolar no Ensino Fundamental estão zeradas desde o ano de 2012. Também houve crescimento nas taxas de aprovação escolar, alcançando uma média de 95% em 2018, conforme quadro abaixo.

Dados	2012	2013	2014	2015	2015	2016	2017	2018
Aprovação	94,5	97,0	94,5	97,0	90,1	92,1	95,0	96,0
Reprovação	5,5	3,0	5,5	3,0	9,9	7,9	5,0	4,0
Abandono	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Buriti dos Montes – Dados do Censo Escolar (2019).

Em 2010, a distorção de idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental era de 27%. Em 2018 esse índice é de 7%. Nos anos finais era de 24% e permanece com esse mesmo resultado.

Nos últimos cinco anos, houve significativos avanços na área de alfabetização, conforme Esses dados encontram-se detalhados no Quadro abaixo:

SÉRIE/ANO	2013	2014	2015	2016	2017	2018
CRIANÇAS DE 5 ANOS EM NÍVEL ALFABÉTICO	S/I	29%	36%	55%	69%	65%
1º ANO DO E. FUNDAMENTAL	81,3	91,3	94,2	80,0	96,0	93%
2º ANO DO E. FUNDAMENTAL	84,7	97,8	94,2	95,3	94,0	100%
3º ANO DO E. FUNDAMENTAL	96,0	95,0	97,0	95,5	98,0	97%

Fonte: Relatório Municipal de Educação (2018)

Segundo dados do Quadro acima, o índice de cinco anos, em nível alfabético subiu de 29% e, 2014 para 65% em 2018, um avanço de 36%. No primeiro ano subiu de 81,3 para 93%, ou seja, uma ampliação de 12%. No segundo ano avanços 15,3% e no 3º ano 1%.

No município de Buriti dos Montes existe apenas uma escola de Ensino Médio, a Unidade Escolar Antônio Deromi Soares, localizada na zona urbana e com um anexo que funciona na Unidade Escolar General Gayoso, povoado Nova Olinda. Para melhor entendimento da dinâmica do atendimento escolar nos últimos oito anos.

ANO	MATRÍCULAS REGULAR	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO
2010	385	77,4	12,1	10,5
2011	334	81,5	7,7	10,8
2012	314	70,7	16,4	12,8
2013	244	82,6	4,6	12,9
2014	334	71,0	11,7	17,3
2015	303	72,8	10,8	16,4
2016	390	79,0	7,2	13,8
2017	335	86,5	5,7	7,8

Fonte: Censo Escolar 2010 a 2018.

Percebe-se uma crescente redução no número de matrículas, ampliação dos dados de aprovação a partir de 2015 e redução do abandono e reprovação a partir de 2016. De acordo com os professores, um dos maiores desafios é a ausência de escolas de Ensino Médio nas áreas rurais, as dificuldades de financiamento do transporte escolar e as grandes distâncias do local de residência dos alunos para a única escola que se situa no Centro da Cidade.

A Educação Especial começou a ser melhor organizada em 2016, através da implantação de quatro salas de Atendimento Educacional Especializado, inicialmente atendendo a 40 estudantes da Educação Básica. Em 2017, foram matriculadas 107 estudantes, sendo 95 na Rede Municipal, desde 44 com atendimento no AEE. Em 2018 foram matriculados 70 alunos, dos quais 52 na Rede Municipal e 44 com acesso ao AEE.

Para avançar no acesso, permanência e sucessos dos estudantes na Educação Básica, orienta-se que é necessário avançar nos seguintes aspectos:

- ❖ Universalizar as matrículas de 4 a 17 anos e ampliar a oferta na faixa etária de 0 a 3 anos;
- ❖ Construir, reformar, ampliar e recuperar, continuamente, as escolas municipais e instituições de Educação Infantil, construindo bibliotecas, refeitórios, quadras esportivas, laboratórios de informática, abastecimento de água e energia elétrica, acessibilidade, depósitos para o armazenamento de alimentos e materiais de limpeza, assegurando a instalação de ventiladores e ou climatizadores de ar, bem como a infraestrutura necessária que favoreça a aprendizagem dos alunos.
- ❖ Fortalecer a gestão pedagógica da Secretaria de Educação e Escolas Municipais, garantindo a melhoria nos processos de ensino e aprendizagem, proporcionando melhorias nos indicadores de qualidade da educação: frequência escolar, aprovação, evasão, distorção e idade série, IDEB, e alfabetização, através do trabalho sistematizado com os

profissionais da educação e familiares.

- ❖ Reestruturar a política de formação continuada para todos os educadores da Rede Municipal, cujo foco seja possibilitar a ação-reflexão-ação, proporcionando o diálogo como uma prática essencial no processo, levando os docentes a discutirem a realidade e intervir sobre a mesma.

- ❖ Estruturar o trabalho pedagógico, organizando e sistematizando as ações educativas a partir da (re) estruturação dos Projetos Pedagógicos conduzida pelos gestores escolares.

- ❖ Realizar o acompanhamento integral das crianças em todos os seus aspectos, por meio da triagem e encaminhamento das crianças para projetos ou programa.

- ❖ Implantar um programa de apoio, prevendo a formação de recursos humanos, capacitando os profissionais em Educação Especial e investimentos em acessibilidade;

- ❖ Garantir nas escolas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (Regular e EJA), alimentação escolar de qualidade, com a colaboração da União, atendendo às necessidades nutricionais da clientela nessa faixa etária, considerando a cultura dos alunos.

2.5 Algumas pontuações

Para construir um município melhor para crianças e adolescentes é fundamental unir esforços entre governo e sociedade civil. Uma criança ou adolescente que tem os seus direitos negados, certamente no futuro, terá dificuldades.

Assegurar que cada adolescente tenha seus direitos humanos integralmente cumpridos, respeitados e protegidos deve ser a missão de cada cidadão ou cidadã, porque crianças e adolescentes tem o direito de sobreviver, se desenvolver, aprender, crescer sem violência e receber atenção prioritária nas políticas públicas.

Diante do exposto, percebe-se a necessidade da participação da sociedade nas políticas públicas de atendimento dessa população. Esta participação precisa ser efetivada através de organismos que a possibilitem, como o Conselho Tutelar e o Conselho de Direito. Precisa também ter qualidade, necessitando, para isso, da capacitação de pessoas que as representem nestes espaços.

O Diagnóstico apontou à baixa capacidade do trabalho em rede, particularmente com as instituições do Sistema de Garantia de Direitos na tomada de ação imediata para a proteção das crianças e adolescentes nas situações de maus-tratos, conflitos familiares, violência sexual. Tal fato foi percebido em relação Polícia Militar que não dispõe de atendimento e espaço especializado ou diferenciado, e, nem o município dispõe de serviço de acolhimento temporário para procedimentos articulados com outras áreas da política de atendimento à crianças e o adolescentes nas suspeitas ou identificação das situações em comento.

Conclui-se que se faz necessário aperfeiçoar os instrumentais de registros de informações, realizar planejamento articulado com órgãos do sistema de garantia de direitos e proteção (Conselhos Tutelar e de Direitos, Ministério Público, Poder Judiciário, serviços de saúde, educação e assistência social), garantir capacitações continuadas e o acolhimento das crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos e violência sexual por meio da implantação de um serviço especializado.

Diante das fragilidades e necessidade urge a criação de um serviço especializado para o atendimento às crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos e violência sexual, bem como seus familiares e violadores, com vista a redução e prevenção de reincidências de casos.

3. CONCEITOS DA MATRIZ LÓGICA

A matriz lógica é o elemento central do Plano que apresenta os conceitos utilizados no Plano Municipal da Infância e Adolescência do Município de Buriti dos Montes (2014-2024). Esses elementos são:

Problema central: expressa uma situação concreta negativa identificada como prioritária capaz de ser resolvida ou atenuada pelo município no período de vigência do Plano (10 anos).

Objetivo de impacto: exprime a transformação do problema central (situação negativa) em situação futura desejada. Expressa a situação positiva ou favorável que se quer alcançar, quando tiver sido resolvida ou reduzida a situação negativa identificada, registrada como problema central.

Resultados esperado/meta: situação concreta que deverá ser atingida ao final da execução das ações e/ou projetos escolhidos para produzi-lo.

Indicador de resultado: permite acompanhar, por meio de fatos ou de dados, se o resultado esperado está sendo ou foi alcançado e em que medida – integralmente ou parcialmente.

Meio de verificação: mostra onde o indicador de resultado pode ser obtido, acessado ou localizado.

Ação/projeto: meios que serão utilizados para alcançar o resultado esperado/meta aos quais foram associados.

Responsável: ator (órgão ou setor) ao qual cabe a responsabilidade da execução de cada ação ou projeto.

Envolvidos: ator ou atores que contribuem para a execução da ação/projeto mas que não são o principal executor (responsável).

Prazos: mês ou ano nos quais começarão e terminarão as ações/projetos, permitindo o seu acompanhamento.

Fonte de recursos: indica a origem do financiamento das ações/projetos propostos, ajudando a trazer materialidade ao Plano e impede que o Plano seja composto de ações inviáveis do ponto de vista de seu financiamento.

ÁREA: ASSISTÊNCIA SOCIAL

Problema Central: A fragmentação das políticas para crianças e adolescentes fragiliza o impacto das mesmas na garantia dos direitos e inclusão social das crianças e adolescentes que vivem em situação de risco e vulnerabilidade.

Objetivo de Impacto: Implementar ações contínuas de planejamento participativo bimestral para melhorar a gestão intersetorial e o controle social das políticas públicas para garantir a efetivação dos direitos de todas as crianças e adolescentes.

ODS associados: Redução das desigualdades - Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.

Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de Recursos	Datas previstas	
							Início	Término
Resultado Esperado 1: Planejamento intersetorial realizado.	Número de reuniões de planejamento intersetorial realizadas. Número de projetos intersetoriais elaborados.	Atas de reuniões. Instrumentos de projetos e planos. Relatórios.	Ação 1: Realizar reuniões bimestrais para realizar o planejamento das ações, projetos e programas de atendimento de crianças e adolescentes.	Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes	Secretários Municipais. Técnicos das Secretarias. Conselheiros Tutelares e de Direito.	Fundo Municipal de Assistência Social.	12/2019	Contínuo
			Ação 2: Atualizar o Diagnóstico da Situação da Infância e Adolescência no município de Buriti dos Montes para conhecer as atuais demandas, facilitando o planejamento das ações.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Conselheiros Tutelares e de Direito com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social.	Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes	03/2020	05/2020
			Ação 3: Realizar a capacitação de pessoas que fazem	Secretaria Municipal de	Pessoas que fazem parte do Sistema	Fundo Municipal de	03/2020	Anual

			parte do Sistema de Garantia de Direitos.	Assistência Social	de Garantia de Direitos.	Assistência Social.		
Resultado Esperado 2: Implementação de políticas públicas integradas para garantir a efetivação dos direitos de todas as crianças e adolescentes	Número de ações, projetos e programas intersetoriais desenvolvidos.	Relatórios anuais dos projetos e ações desenvolvidas.	Ação 1: Instrumentalização do CMDCA e CT com a infraestrutura necessária e capacitação dos conselheiros.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretária de Assistência Social	Fundo Municipal de Assistência Social.	Fevereiro de 2019	A cada ano
			Ação 2: Realização de oficinas para elaboração de projetos e ações intersetoriais.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretária de Assistência Social	Fundo Municipal de Assistência Social.	Nos meses de março e novembro	Duas vezes por ano
			Ação 3: Organização das demandas e de atendimento do Centros de Referência de Assistência Social - CRAS de modo que a taxa de atendimento seja ampliada.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Equipes do CRAS	Fundo Municipal de Assistência Social.	Dezembro de 2019	Até março de 2020

ÁREA: ASSISTÊNCIA SOCIAL

Problema Central: Ausência de políticas públicas voltadas para o atendimento de adolescentes que cometem ato infracional.								
Objetivo de Impacto: Desenvolver uma políticas voltadas para o atendimento de adolescentes que cometem ato infracional, visando a reeducação e redução dos índices de infratores.								
ODS associados: Paz, justiça e instituições eficazes - Promover sociedades pacíficas e inclusivas par ao desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.								
Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de Recursos	Datas previstas	
							Início	Término
Resultado Esperado 1: Reduzir, no mínimo em 50%, o índice de adolescentes que cometem atos infracionais.	% de denúncias contra adolescentes infratores registradas no Conselho Tutelar.	Fichas e relatórios do Conselho Tutelar.	Ação 1: Capacitar as pessoas que compõem o Sistema de Garantia de Direitos e Proteção para que saibam fazer o atendimento e encaminhamentos de adolescentes infratores.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Pessoas que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.	Fundo Municipal de Assistência Social.	03/2021	04/2021
			Ação 2: Realizar processos educativos com a famílias sobre deveres de adolescentes suas implicações.	Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação.	Profissionais das áreas de assistência social, educação e famílias.	Fundo de Participação dos Municípios.	12/2019	Duas vezes, a cada ano.

			Ação 3: Desenvolver projetos didáticos de valorização da cultura de paz e valores humanos nas escolas.	Secretaria Municipal de Educação e Escolas	Professores, gestores escolares e estudantes.	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação.	11/2019	A cada ano
Resultado Esperado 2: Promover a inclusão social de, no mínimo 50% de infratores em programas de educação, esporte e cultura.	% de adolescentes infratores incluídos em programas de educação, esporte e cultura.	Relatórios do Conselho Escolar e Programas de Esporte, Cultura e Profissionalização.	Ação 1: Matricular adolescentes infratores em escolas públicas.	Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação.	Famílias, Conselheiros Tutelares e Gestores Escolares.	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação.	Contínuo	Contínuo
			Ação 2: Inserir adolescentes infratores em atividades esportivas e culturais.	Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação.	Secretários de Educação e Assistência Social com o apoio de assistentes sociais.	Fundo de Participação dos Municípios.	Contínuo	Contínuo
			Ação 3: Incluir adolescentes infratores em programas de educação profissional.	Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação.	Secretários de Educação e Assistência Social, com o apoio de assistentes sociais.	Fundo de Participação dos Municípios.	Contínuo	Contínuo

ÁREA: ASSISTÊNCIA SOCIAL

Problema Central: Dados do Conselho Tutelar apontam que, nos últimos cinco anos, ampliou-se o número de casos de violência (física, psicológica e sexual) sofrida por crianças e adolescentes.

Objetivo de Impacto: Implantar serviços especializados para o atendimento as crianças e adolescentes vítimas de violência.

ODS associados: Paz, justiça e instituições eficazes - Promover sociedades pacíficas e inclusivas par ao desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de Recursos	Datas previstas	
							Início	Término
Resultado Esperado 1: Reduzir em no mínimo 50% os casos de violência física e psicológica sofrida por crianças.	% de casos de crianças e adolescentes vítimas de violência física e p denunciados no Conselho Tutelar e Delegacia de Polícia.	Relatórios do Conselho Tutelar e Delegacia de Polícia.	Ação 1: Investigação dos casos de violência cometidos contra crianças e adolescentes para adoção de medidas cabíveis.	Conselho Tutelar	Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, Secretaria Municipal de Assistência Social.	Fundo Municipal de Assistência Social	01/2020	Contínuo
			Ação 2: Realização de campanhas educativas com a famílias e comunidades sobre violências e suas implicações.	Secretaria Municipal de Assistência Social e Conselho Tutelar	Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes e Secretarias de Saúde e de Educação.	Fundo Municipal de Assistência Social	03/2020	Anual
			Ação 3: Desenvolvimento de Projetos de Educação para a paz nas escolas.	Secretaria Municipal de Educação e Escolas Municipais	Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes e Conselho Tutelar.	Fundo Municipal de Educação	03/2020	Anual
	% de casos de crianças e adolescentes e	Relatórios do Conselho Tutelar e	Ação 1: Capacitação de pessoas que compõem o Sistema	Secretaria Municipal de	Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos	Fundo Municipal de	03/2020	Anual

<p>Resultado Esperado 2:</p> <p>Reduzir em no mínimo 50% os casos de violência sexual sofrida por crianças e adolescentes e assegurar que tenham acesso a serviços especializados.</p>	<p>adolescentes vítimas de violência sexual denunciados no Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia, Disque 100 e Ministério Público.</p>	<p>denúncias registradas no Disque 100.</p>	<p>de Garantia de Direitos e Proteção para que saibam fazer o acolhimento das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.</p>	<p>Assistência Social.</p>	<p>Direitos das Crianças e Adolescentes e Secretarias de Saúde e de Educação</p>	<p>Assistência Social</p>		
			<p>Ação 2: Realização de planejamento articulado com órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e Proteção para articulação e intersectorialização das ações de denúncia e acesso a serviços especializados.</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes e Secretarias de Saúde, de Educação, de Assistência Social e CT.</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes e Secretarias de Saúde, de Educação, de Assistência Social e CT.</p>	<p>Fundo Municipal de Assistência Social</p>	<p>04/2020</p>	<p>Bimestral</p>
			<p>Ação 3: Criação de um serviço especializado de saúde e a assistência social para o atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, bem como, seus familiares e violadores, com vista a redução e prevenção de reincidências de casos.</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social.</p>	<p>Secretaria Municipal de Saúde e Conselho Tutelar</p>	<p>Secretaria Municipal de Assistência Social.</p>	<p>02/2021</p>	<p>05/2021</p>

ÁREA: ASSISTÊNCIA SOCIAL

Problema Central: O município de Buriti dos Montes não possui uma política de acolhimento institucional de crianças e adolescentes								
Objetivo de Impacto: Implantar uma política de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no município do Buriti dos Montes.								
ODS associados: Paz, justiça e instituições eficazes - Promover sociedades pacíficas e inclusivas par ao desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.								
Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de Recursos	Datas previstas	
							Início	Término
Resultado Esperado 1: Oferecer acolhimento em moradia provisória para todas as crianças e adolescentes de Buriti dos Montes em situações de abandono ou cujos responsáveis encontram-se impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção	% de crianças e adolescentes inseridos em programa de acolhimento em moradia provisória.	Relatório da Secretaria Municipal de Assistência Social	Ação 1: Implantação do Projeto Família Acolhedora.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e CT.	Fundo Municipal de Assistência Social	01/2022	05/2022
			Ação 2: Realização de parceria com instituições que fazer o acolhimento em moradia provisória para todas as crianças e adolescentes em situação de abandono.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e CT.	Fundo Municipal de Assistência Social	01/2020	02/2020
			Ação 3: Criar serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e CT.	Fundo Municipal de Assistência Social	02/2021	06/2021
Resultado Esperado 2: Garantir serviços especiais de prevenção e	% de crianças e adolescentes em situação de abandono	Relatório da Secretaria Municipal de Assistência Social	Ação 1: Disponibilizar políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período	Secretaria Municipal de Assistência Social	Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e CT.	Fundo Municipal de Assistência Social	02/2022	04/2022

atendimento médico, jurídico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.	com acesso a serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial.	de afastamento do convívio familiar.						
		Ação 2: Realizar campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção.		Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e CT.	Fundo Municipal de Assistência Social	05/2021	Anual	

ÁREA: ASSISTÊNCIA SOCIAL

Problema Central: Falta ampliar e melhorar a qualidade dos serviços especializados para o atendimento as crianças e adolescentes vítimas de maus tratos e violências sexuais.

Objetivo de Impacto: Implementar serviços especializados para o atendimento as crianças e adolescentes vítimas de maus tratos e violências sexuais.

ODS associados: Saúde e bem-estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de Recursos	Datas previstas	
							Início	Término
Resultado Esperado 1: Assegurar que até o final do prazo estipulado, a Secretaria Municipal de Saúde tenha ampliado os serviços especializados para o atendimento as crianças e adolescentes vítimas de maus tratos e violências sexuais.	Ampliação dos serviços especializados para o atendimento as crianças e adolescentes vítimas de maus tratos e violências sexuais.	Contrato de profissionais especialistas atendimento as crianças e adolescentes vítimas de maus tratos e violências sexuais.	Ação 1: contratação de profissionais como psiquiatra, pediatra, terapeuta ocupacional para atendimento de crianças e adolescentes vítimas de maus tratos e violências sexuais.	Secretaria Municipal de Saúde	Profissionais da área de saúde.	Fundo Municipal de Saúde	03/2023	12/2023
			Ação 2: Aperfeiçoamento de instrumentais de registros de informações de crianças e adolescentes e adolescentes vítimas de maus tratos e violência doméstica denunciados no âmbito do Conselho	Secretaria Municipal de Saúde e Conselho Tutelar.	Profissionais da área de saúde e Conselheiro Tutelares	Fundo Municipal de Saúde	04/2020	05/2020

			Tutelar e Delegacia de Polícia.					
			Ação 3: Capacitação de pessoas que compõem o Sistema de Garantia de Direitos e Proteção para que saibam fazer o acolhimento das crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos e violência familiar.	Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde	Pessoas que compõem o SGD	Fundo Municipal de Assistência Social	03/2020	04/2020
Resultado Esperado 2			Ação 1: Realização de campanhas educativas com a famílias sobre maus tratos e violência doméstica e suas implicações.	Secretaria Municipal de Assistência Social e Conselho Tutelar	Secretarias de Saúde, de Educação e CMDCA	Fundo Municipal de Assistência Social	05/2020	Anual
			Ação 2: Realização de planejamento articulado com órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e Proteção para articulação e intersectorialização das ações de denúncia e acesso a serviços especializados.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretarias de Saúde, de Educação, CMDCA e CT.	Fundo Municipal de Assistência Social	02/2020	Bimestral
			Ação 3					

ÁREA: ASSISTÊNCIA SOCIAL

Problema Central: Dados do IBGE (2010) informam que em Buriti dos Montes existem em média 92 casos de trabalho infantil, principalmente em áreas rurais, onde os mesmos desenvolvem atividades em roças.								
Objetivo de Impacto: Erradicar as situações de trabalho infantil entre crianças e adolescentes, principalmente as residentes em áreas rurais.								
ODS associados: Redução das desigualdades - Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.								
Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de Recursos	Datas previstas	
							Início	Término
Resultado Esperado 1: Identificar e incluir em políticas de complementação e incentivo a geração de renda (Bolsa Família, PAINF, IGD e outros) 100% das famílias com crianças e adolescentes em situação de TI de modo a assegurar que todas elas sejam incluídas em escolas e em programas educativos complementares e abandonem o trabalho infantil.	% de crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos ocupados; % de abandono escolar no Ensino Fundamental e Médio;	Dados do IBGE. Dados do Ministério de Desenvolvimento Social. Dados do INEP.. Dados do Conselho Tutelar	Ação 1: Acompanhamento do cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família referente ao Trabalho Infantil.	Secretaria Municipal de Assistência Social.	Conselho Tutelar. CMCDA Secretaria Municipal de Educação	Fundo Municipal de Assistência Social FMDCA	2015	Contínuo
			Ação 2: Identificação e inclusão no Cadastro único de 100% das famílias com crianças e adolescentes menores de 18 anos em situação de TI.	Secretaria Municipal de Assistência Social.	Conselho Tutelar. CMCDA Secretaria Municipal de Educação	Fundo Municipal de Assistência Social FMDCA	03/2020	05/2020
			Ação 3: Busca Ativa para identificar situações de Trabalho Infantil de Crianças e Adolescentes.	Secretaria Municipal de Assistência Social.	Conselho Tutelar. CMCDA Secretaria Municipal de Educação	Fundo Municipal de Assistência Social FMDCA	04/2020	Contínuo

Resultado Esperado 2	Ação 1: Publicação do Plano Municipal para Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Município de Buriti dos Montes.	Secretaria Municipal de Assistência Social.	Conselho Tutelar. CMCDA Secretaria Municipal de Educação	Fundo Municipal de Assistência Social FMDCA	01/2020	01/2020
	Ação 2: Articulação e integração a rede de garantias de direitos para garantir a devida aplicação de medidas de proteção para crianças e adolescentes e suas famílias em situação de trabalho Infantil.	Secretaria Municipal de Assistência Social.	Conselho Tutelar. CMCDA Secretaria Municipal de Educação	Fundo Municipal de Assistência Social FMDCA	2020	Contínuo
	Ação 3: Estabelecer parcerias com as instituições que ofertam cursos profissionalizantes e capacitações para famílias em situação de trabalho infantil. Realização de palestras para Sensibilizar as famílias em relação aos riscos do trabalho infantil.	Secretaria Municipal de Assistência Social.	Conselho Tutelar. CMCDA Secretaria Municipal de Educação	Fundo Municipal de Assistência Social FMDCA	05/2020	12/2020

ÁREA: ASSISTÊNCIA SOCIAL

Problema Central: Embora existam políticas públicas para as famílias, percebe-se que aquelas que estão em situação de risco e vulnerabilidade social precisam de uma política intersetorial envolvendo ações de saúde, educação, assistência social e geração de renda.

Objetivo de Impacto: Implementar, intersetorializar e ampliar as políticas públicas municipais de atenção à família de modo que as mesmas possam incluir socialmente as que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

ODS associados: Erradicação da pobreza - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de Recursos	Datas previstas	
							Início	Término
Resultado Esperado 1: Incluir 100 famílias em situação de pobreza extrema e vulnerabilidade social em atividades de geração de renda, saúde, educação e assistência social;	% de famílias vivendo em situação de pobreza e ou pobreza extrema.	Dados do Ministério de Desenvolvimento Social	Ação 1: Desenvolvimento das ações do Programa Municipal de Apoio às Famílias em Situação de Pobreza e Vulnerabilidade. Instituição e capacitação de uma equipe multisetorial.	Secretaria Municipal de Assistência Social.	Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Agricultura.	FPM	02/2020	12/21
			Ação 2: Levantamento e cadastramento das famílias que vivem em situação de pobreza extrema, risco e vulnerabilidade social, com crianças e adolescentes trabalhando ou sujeitas a esta situação.	Secretaria Municipal de Assistência Social.	Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Agricultura.	FPM	02/2020	04/2020
			Ação 3: elaboração de plano de trabalho intersetorial contemplando ações de saúde, educação,	Secretaria Municipal de Assistência Social.	Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde	FPM	02/2020	05/2020

			assistência social, geração de renda, conscientização, para que as famílias sejam atendidas em suas necessidades mais básicas.		e Secretaria Municipal de Agricultura.			
Resultado Esperado 2: Incluir famílias em situação de pobreza extrema e vulnerabilidade social em atividades de geração de renda, saúde, educação e assistência social.			Ação 1: Realização de atividades educativas com as famílias conscientizando sobre os malefícios do trabalho infantil, uso indevido de drogas, violência e outros temas sobre afetividade, respeito, solidariedade, espiritualidade, entre outros.	Secretaria Municipal de Assistência Social.	Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Agricultura.	FPM	05/2020	12/2021
			Ação 2: Implementação de arranjos produtivos comunitários por meio dos quais as famílias possam melhorar a renda.	Secretaria Municipal de Assistência Social.	Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Agricultura.	FPM	05/2020	12/2021
			Ação 3: Disponibilização de serviços de saúde (consultas, exames, atendimento psicológico) para as famílias cadastradas no Projeto.	Secretaria Municipal de Assistência Social.	Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Agricultura.	FPM	05/2020	12/2021

EDUCAÇÃO

Problema Central: Crianças e adolescentes de Buriti dos Montes, principalmente os que residem no campo, não participam, a contento, de atividades esportivas e culturais.

Objetivo de Impacto: Ampliar a oferta de atividades esportivas e culturais para crianças e adolescentes de Buriti dos Montes, principalmente os que residem no campo.

ODS associados: Saúde e bem-estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de Recursos	Datas previstas	
							Início	Término
Resultado Esperado 1: Ampliar em 50% o número de crianças e adolescentes do município participando de atividades culturais em âmbito das escolas e ou de outros espaços educativos.	% de crianças e adolescentes participando de projetos de incentivo à cultura; % de escolas ofertando aulas de artes envolvendo música, dança, teatro e artes plásticas.	Dados do Ministério da Educação; Dados da Secretaria Municipal de Educação.	Ação 1: Ampliar as atividades do Projeto Jasmim para as comunidades rurais.	Secretaria Municipal de Educação	Escolas Municipais	FUNDEB	02/2020	11/2024
			Ação 2: Aderir continuamente ao Programa Mais Educação.	Secretaria Municipal de Educação	Escolas Municipais	FUNDEB	02/2020	Anual
			Ação 3: Reformar e melhorar os espaços destinados as práticas esportivas e culturais: praças, casa de balé e outros.	Secretaria Municipal de Educação	Escolas Municipais	FUNDEB	01/2021	11/2024
Resultado Esperado 2: Assegurar que, no mínimo 80% das crianças e adolescentes do município tenham acesso a práticas	% de crianças e adolescentes participando de atividades e projetos de lazer e ou esporte;	Dados do Ministério da Educação; Dados da Secretaria Municipal de Educação.	Ação 1: Incentivar e apoiar para que as escolas ofereçam atividades práticas e teóricas de Educação Física, incluído as práticas esportivas e de lazer.	Secretaria Municipal de Educação	Escolas Municipais	FUNDEB	02/2020	Contínuo

esportivas e de lazer.	% de escolas ofertando aulas práticas de Educação Física;	Ação 2: Lotar em todas as escolas municipais de profissionais habilitados para trabalhar com a área de Educação Física.	Secretaria Municipal de Educação	Escolas Municipais	FUNDEB	02/2020	Anual
	% de escolas com Profissionais formados em Educação Física e atuando na área.	Ação 3: Construir quadras esportivas em todas as escolas e adaptação de espaços para a prática de esporte e lazer nas comunidades rurais.	Secretaria Municipal de Educação	Escolas Municipais	FUNDEB	01/2021	11/2024

EDUCAÇÃO

Problema Central: Existem demanda reprimida no Ensino Médio, além disso, os dados da Prova Brasil apontam que os índices de aprendizagem são muito baixos.

Objetivo de Impacto: Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, assegurando a aprendizagem compatível com a série cursada.

ODS associados: Educação de qualidade - Assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de Recursos	Datas previstas	
							Início	Término
Resultado Esperado 1: Expandir as matrículas do Ensino Médio de 86% para 95% até o ano de 2011 e	Taxa de matrícula no Ensino Médio de pessoas com faixa etária de 15 a 17 anos; % de professores capacitados; % de	Dados do Ministério da Educação. Dados da Secretaria Estadual de Educação.	Ação 1: Apoiar os gestores escolares na realização de busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em articulação com os	Secretaria Municipal de Educação	Equipe da Escola Antonio Deromir Soares	FPM	01/2020	Anual

<p>universalizar o acesso para a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) até 2024, garantindo aprendizagem compatível com a série para, no mínimo 80% dos estudantes.</p>	<p>alunos com aprendizagem compatível com as proposições da Proposta Curricular;</p> <p>% de aprovação escolar no Ensino Médio;</p> <p>% de abandono escolar no Ensino Médio;</p> <p>% de alunos com distorção de idade-série; Índice de desenvolvimento da educação básica – IDEB no Ensino Médio.</p> <p>% de alunos do 3º ano inseridos no Ensino Superior.</p>		<p>serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.</p>					
			<p>Ação 2: Realizar de parceria com o Governo Estadual para Implantação turmas de Ensino Médio em escolas da zona rural. Ceder espaço das escolas municipais rurais para que a Secretaria Estadual de Educação implante turmas de Ensino Médio no horário noturno.</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação</p>	<p>Equipe da Escola Antônio Deromir Soares</p>	<p>FPM</p>	<p>02/2020</p>	<p>Anual</p>
			<p>Ação 3: Apoiar à participação dos alunos do 3º ano do Ensino Médio no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM através da disponibilização de transporte escolar.</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação</p>	<p>Equipe da Escola Antônio Deromir Soares</p>	<p>FPM</p>	<p>11/2020</p>	<p>Anual</p>

EDUCAÇÃO

Problema Central: Em Buriti dos Montes, a população de 15 anos ou mais de idade a taxa de alfabetização é de apenas 67,7%. No que se refere ao analfabetismo funcional da população com 15 anos ou mais a média é de 54,8%.

Objetivo de Impacto: Ampliar as matrículas na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e Médio na forma integrada à educação profissional.

ODS associados: Educação de qualidade - Assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de Recursos	Datas previstas	
							Início	Término
Resultado Esperado 1: Expandir gradativamente as matrículas na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e Médio na forma integrada à educação profissional com vistas a garantir a iniciação profissional de adolescentes e jovens e elevar o nível de escolaridade dos jovens.	% de matrículas na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e Médio desenvolvidos na forma integrada à educação profissional. % de programas de iniciação profissional implantados e desenvolvidos no município. % de Professores capacitados para	Dados do Ministério da Educação. Dados da Secretaria Municipal de Educação.	Ação 1: Aderir a programas de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e Médio na forma integrada à educação profissional.	Secretaria Municipal de Educação	Escolas municipais	FUNDEB	Sempre que forem disponibilizados	Contínuo
			Ação 2: Reorganizar, em parceria com os educadores, do currículo da EJA de modo a garantir a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho.	Secretaria Municipal de Educação	Escolas municipais	FUNDEB	01/2020	05/2020
			Ação 3: Adquirir materiais didáticos e pedagógicos de modo a garantir o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas para a	Secretaria Municipal de Educação	Escolas municipais	FUNDEB	05/2020	09/2020

	desenvolver processos formativos na perspectiva da Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional;		educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.					
--	--	--	--	--	--	--	--	--

EDUCAÇÃO

Problema Central: Crianças e adolescentes de Buriti dos Montes estudam escolas cujas práticas educativas priorizam, predominantemente o desenvolvimento dos aspectos cognitivos, secundarizando os aspectos físicos, sociais, emocionais, entre outros.

Objetivo de Impacto: Ampliar a oferta de Educação Integral no âmbito das escolas municipais de modo que pelo menos 70% dos estudantes desenvolvam-se em seus aspectos cognitivos, secundarizando os aspectos físicos, sociais, emocionais, entre outros.

ODS associados: Educação de qualidade - Assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de Recursos	Datas previstas	
							Início	Término
Resultado Esperado 1: Ampliar de 50% para 70% o atendimento escolar de estudantes na educação em tempo integral assegurando a formação humana nas seguintes	Número de escolas ofertando Educação Integral em Tempo Integral. % de estudantes matriculados na Educação Integral.	Dados do Ministério da Educação. Dados da Secretaria Municipal de Educação.	Ação 1: Adesão a programas do Ministério da Educação para ampliar a oferta de educação básica pública em tempo integral.	Secretaria Municipal de Educação	Escolas municipais	FUNDEB	Contínuo	Anual
			Ação 2: Apoio as escolas municipais para que as mesmas adotem medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola,	Secretaria Municipal de Educação	Escolas municipais	FUNDEB	2020	Anual

dimensões: física, cognitiva, intelectual, afetiva, social e ética.			direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.					
			Ação 3: Formação continuada dos docentes em novas bases, de modo que a mesma dialogue com os novos conteúdos e as novas linguagens da educação integral.	Secretaria Municipal de Educação	Escolas municipais	FUNDEB	2020	Anual

EDUCAÇÃO

Problema Central: Segundo dados da Prova Buriti (2018), existem distorções de em média 40% no que se refere a aprendizagem compatível com a série cursada no Ensino Fundamental.

Objetivo de Impacto: Fortalecer a gestão pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e unidades escolares garantindo a melhoria nos processos de ensino e aprendizagem compatível com a série cursada.

ODS associados: Educação de qualidade - Assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de Recursos	Datas previstas	
							Início	Término
Resultado Esperado 1: Melhorar gradativamente a qualidade da educação escolar em Buriti dos	% de alunos com aprendizagem compatível com as proposições da Proposta Curricular.	Dados do Ministério da Educação Dados da Secretaria Municipal	Ação 1: Formação continuada das equipes gestoras e professores objetivando o fortalecimento da liderança e do compromisso com o	Secretaria Municipal de Educação	Escolas municipais	FUNDEB	02/2020	Contínuo

Montes, reduzindo de 40% para 20% as distorções de aprendizagem compatível com a série cursada no Ensino Fundamental.	% de aprovação escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental.	de Educação.	ensino e a aprendizagem.					
	% de abandono escolar no Ensino Fundamental.		Ação 2: Acompanhamento contínuo dos processos de ensino e aprendizagem por meio da observação e registro para o planejamento de intervenções.	Secretaria Municipal de Educação	Escolas municipais	FUNDEB	02/2020	Contínuo
	% de alunos com distorção de idade-série. Índice de desenvolvimento da educação básica – IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental.		Ação 3: Realização de avaliações de processo a cada semestre para identificar avanços e dificuldades dos alunos no desenvolvimento das habilidades.	Secretaria Municipal de Educação	Escolas municipais	FUNDEB	2019	Contínuo

EDUCAÇÃO

Problema Central: Falta melhorar a qualidade da educação nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Objetivo de Impacto: Fortalecer a gestão pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e unidades escolares garantindo a melhoria nos processos de ensino e aprendizagem por meio da articulação de ações educacionais.

ODS associados: Educação de qualidade - Assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de Recursos	Datas previstas	
							Início	Término
Resultado Esperado 1: Assegurar o acesso e o sucesso de todos os estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental, assegurando condições para que os mesmos obtenham aprendizagem compatível, conforme proposições da Proposta Curricular.	% de crianças alfabetizadas aos 7 anos de idade.	Dados do Ministério da Educação	Ação 1: Disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos de qualidade e em quantidade suficiente.	Secretaria Municipal de Educação	Escolas municipais	FUNDEB	2019	Contínuo
	% de aprovação escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental.		Ação 2: Implementação de rotinas de trabalho nas escolas e salas de aula.	Secretaria Municipal de Educação	Escolas municipais	FUNDEB	2019	Contínuo
	% de abandono escolar no Ensino Fundamental.		Ação 3: Realização, a cada três anos, o diagnóstico do Sistema Municipal e das Escolas (Indicadores da Qualidade da Educação) e elaboração anual do Plano de Ação da Secretaria e de cada Unidade Escolar definindo metas, indicadores, ações prazos e responsáveis de modo a direcionar o trabalho das equipes.	Secretaria Municipal de Educação	Escolas municipais	FUNDEB	2019	Contínuo
	Índice de desenvolvimento da educação básica – IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental.	Dados da Secretaria Municipal de Educação						

EDUCAÇÃO

Problema Central: Falta melhorar a qualidade da política estruturada de Educação Infantil								
Objetivo de Impacto: Fortalecer a política educacional de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação, garantindo melhoria nos processos de ensino e aprendizagem por meio articulação de ações educacionais e intersetoriais.								
ODS associados: Educação de qualidade - Assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.								
Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de Recursos	Datas previstas	
							Início	Término
Resultado Esperado 1: Assegurar o acesso de todas as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos na Pré-escola, garantindo condições para que as mesmas se desenvolvam em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.	% de crianças de 4 e 5 anos matriculados e frequentando regularmente Instituições de Educação Infantil.	Dados do Ministério da Educação	Ação 1: Implementação das ações do Programa Educação Infantil em Ação com vistas a fortalecer a política de Educação Infantil no âmbito da SME e CMEIs. na Educação Infantil.	Secretaria Municipal de Educação	Instituições de Educação Infantil.	FUNDEB	2015	2024
			Ação 2: Reforma e melhoramento dos espaços físicos das Instituições da Educação Infantil, garantindo condições ideais para o atendimento das crianças, bem como aquisição de mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos necessários.	Secretaria Municipal de Educação	Instituições de Educação Infantil.	FUNDEB	2021	2024
			Ação 3: Formação continuada mensal para os profissionais que atuam na Educação Infantil visando o fortalecimento das práticas pedagógicas	Secretaria Municipal de Educação	Instituições de Educação Infantil.	FUNDEB	2015	Contínuo

			como mediadoras das aprendizagens e do desenvolvimento infantil e também do redimensionamento do olhar dos educadores oferecendo uma educação que atenda melhor às necessidades das crianças.					
Resultado Esperado 2: Asegurar o acesso de, no mínimo 50% das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos em Creches, garantindo condições para que as mesmas se desenvolvam em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.	% de crianças de 0 e 3 anos matriculados e frequentando regularmente Instituições de Educação Infantil.	Dados do Ministério da Educação	Ação 1: Acompanhamento da prática pedagógica dos profissionais da educação infantil com o propósito de monitorar e nortear as rotinas escolares, as ações de formação e garantir a eficácia da orientação pedagógica.	Secretaria Municipal de Educação	Instituições de Educação Infantil.	FUNDEB	2015	Contínuo
	% de crianças da Educação Infantil que desenvolveram ao final da etapa (3 anos) os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previsto para esta faixa etária, segundo a Proposta Curricular.	Dados da Secretaria Municipal de Educação	Ação 2: Estruturar o trabalho pedagógico, organizando e sistematizando as ações educativas a partir da (re) organização do currículo, da (re) estruturação do Projeto Pedagógico e da implantação das Diretrizes Curriculares da Educação Infantil.	Secretaria Municipal de Educação	Instituições de Educação Infantil.	FUNDEB	2015	Contínuo
			Ação 3: Sistematização e organização dos processos de supervisão,	Secretaria Municipal de Educação	Instituições de Educação Infantil.	FUNDEB	2015	Contínuo

orientação educacional e planejamento escolar.

EDUCAÇÃO

Problema Central: Em Buriti dos Montes estima-se que 15% da população tenha algum tipo de deficiência, entre as quais a maioria delas são crianças e adolescentes. Apesar disso, as políticas de inclusão escolar ainda são insipientes.

Objetivo de Impacto: Desenvolver política de educação inclusiva no município de Buriti dos Montes.

ODS associados: Redução das desigualdades - Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.

Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de Recursos	Datas previstas	
							Início	Término
Resultado Esperado 1: Assegurar que todas as crianças e adolescentes com deficiência (s) acessem à educação escolar inclusiva, bem como os serviços de saúde e benefícios sociais que as mesmas têm direito de modo que possam viver	Número de crianças e adolescentes com alguma deficiência. % de estudantes com alguma deficiência matriculados no ensino regular. % de escolas municipais com atendimento educacional especializado. % de estudantes com alguma	Dados do INEP. Dados do Ministério de Desenvolvimento Social. Dados da Secretaria Municipal de Educação.	Ação 1: Realização de um levantamento do número de crianças e adolescentes especiais, bem como um detalhamento por meio de ficha específica de suas necessidades prioritárias a fim de se conhecer as atuais demandas e planejar ações intersetoriais de atendimento.	Secretaria Municipal de Educação	Escolas Municipais	FUNDEB	03/2020	05/2020
			Ação 2: Implantação de salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em todas as escolas municipais para fazer o atendimento das crianças e adolescentes especiais no contra					

com mais dignidade. Indicadores de resultado	deficiência participando do atendimento educacional especializado.		turno escolar de modo que a mesmas tenham oportunidades mais concretas de se desenvolver e aprender.					
			Ação 3: Reforma de todas as escolas municipais para que as mesmas sejam acessíveis e inclusivas.	Secretaria Municipal de Educação	Escolas Municipais	FUNDEB	05/2021	11/2024

EDUCAÇÃO

Problema Central: A ampliação do consumo de drogas por adolescentes e jovens de Buriti dos Montes, provocando aumento da violência entre jovens e adolescentes; aumento da morbi/mortalidade entre adolescentes e jovens; aumento da criminalidade entre adolescentes e jovens

Objetivo de Impacto: Desenvolver ações integradas e intersetoriais com vistas a reduzir o uso indevido de drogas lícitas e ilícitas por adolescentes e jovens em Buriti dos Montes.

ODS associados: Reduzir em 50% o número de adolescentes e jovens consumidores de drogas lícitas e ilícitas, diminuindo assim os índices violência, morbi/mortalidade e conflitos familiares provocados pelo consumo de drogas.

Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de Recursos	Datas previstas	
							Início	Término
Resultado Esperado 1: Reduzir em 50% o número de adolescentes e jovens consumidores de	% de adolescentes com monitoramento da saúde por meio da carteira do adolescente.	Relatórios da Secretaria Municipal de Educação. MS/SIM (Óbitos de C&A de 10 a 19 anos por	Ação 1: Projeto Fazendo Escolhas. Plano Municipal de Enfrentamento ao uso indevido de drogas. Realização de ações educativas para as famílias sobre como abordar a temática do	Secretaria Municipal de Educação	Escolas Municipais	FUNDEB	05/2015	Anual

drogas lícitas e ilícitas, diminuindo assim os índices violência, morbi/mortalidade e conflitos familiares provocados pelo consumo de drogas.	Taxa de mortalidade entre crianças e adolescentes de 10 a 19 anos por causas externas, por 100.000 habitantes.	causas externas / População de C&A de 10 a 19 anos) x 100.000. Dados obtidos nos sites oficiais do MEC/INEP	uso de drogas por adolescentes e jovens.					
	Taxa de abandono no Ensino Fundamental da rede municipal e no Ensino Médio (Rede Estadual) por adolescentes e jovens usuários de drogas.		Ação 2: Capacitação de professores para a abordagem da questão em sala de aula, proporcionando reflexões sobre as consequências do uso indevidos de drogas para a vida humana.	Secretaria Municipal de Educação	Escolas Municipais	FUNDEB	05/2015	Anual
			Ação 3: Realização de Gincana Educativa sobre a temática das drogas.	Secretaria Municipal de Educação	Escolas Municipais	FUNDEB	05/2015	Anual

SAÚDE

Problema Central: Diagnóstico realizado no ano de 2014 aponta que o consumo de drogas na adolescência é um problema social e de saúde pública. 27% dos alunos de 12 a 15 anos afirmam que já beberam bebidas alcoólicas, 4% informam que já usaram algum tipo de droga.

Objetivo de Impacto: Estruturar uma rede de acolhimento, tratamento e reinserção social de usuários de drogas e apoio às suas famílias.

ODS associados: Saúde e bem-estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de Recursos	Datas previstas	
							Início	Término
Resultado Esperado 1: Promover Atenção Integral a 100% das pessoas usuárias de Álcool, Crack e outras Drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde através do acolhimento e assistência no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.	% de pessoas usuárias de Álcool, Crack e outras Drogas, sendo assistidas recebendo atenção integral do Sistema Único de Saúde. % de usuários de SPA e familiares com garantia de direitos e a inclusão social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.	Dados do Ministério da Saúde; Dados da Secretaria Municipal de Saúde; Relatórios das Equipes do PSF e PSE; Dados da Coordenadoria Estadual de Enfrentamento às Drogas.	Ação 1: Implementação das ações do Projeto Fazendo Escolhas em todas as escolas do município.	Secretaria Municipal de Saúde	Escolas Municipais	FUNDEB	2015	Anual
			Ação 2: Formação continuada anual para todos os profissionais da educação com orientações sobre como trabalhar a temática das drogas nas aulas.	Secretaria Municipal de Educação	Escolas Municipais	FUNDEB	2015	Anual
			Ação 3: Mapeamento das famílias em situação de risco, vulnerabilidade social e com usuários de drogas, seguido do atendimento individualizado com informações, orientações, encaminhamento para serviços de saúde (CAPS, NASF, Cursos de Geração de Renda, Grupo de Terapia Comunitária e em última instância a internação em	Secretaria Municipal de Assistência Social	CRAS	Fundo Municipal de Assistência Social	03/2020	06/2020

			Comunidades Terapêuticas).					
Resultado Esperado 2			Ação 1: Orientação contínua para que os profissionais de saúde realizem serviços, atendimentos, encaminhamentos, funcionalidade dos programas e intersectorialidade das ações de atendimento a usuários de drogas.	Secretaria Municipal de Saúde	Unidades Básicas de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	2015	contínuo
			Ação 2: Capacitação dos profissionais das áreas de saúde, assistência social, gestores e coordenadores de escolas e programas sociais. Implantação do Programa Abrace a Vida – Oficina de Sensibilização e Capacitação – Redução de Danos, novos saberes e novas práticas.	Secretaria Municipal de Saúde	Unidades Básicas de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	05/2020	Anual
			Ação 3: Fornecimento de medicamentos consumidos diariamente por dependentes químicos e que não são fornecidos pelo SUS e Farmácia Básica. Parcerias com Comunidades Terapêuticas para o tratamento de usuários.	Secretaria Municipal de Saúde	Unidades Básicas de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	2015	Contínuo

SAÚDE

Problema Central: Falta intensificar e melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde, principalmente para adolescentes e jovens.								
Objetivo de Impacto: Melhorar o acesso da população a serviços de qualidade, priorizando adolescentes e jovens, mediante aprimoramento das políticas de atenção básica e de atenção especializada.								
ODS associados: Saúde e bem-estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.								
Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de Recursos	Datas previstas	
							Início	Término
Resultado Esperado 1: Universalizar o acesso da população de 10 a 18 anos a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento das políticas de atenção básica e de atenção especializada.	% da população com idade de 10 a 18 anos assistidas pela Atenção Básica.	Dados do Ministério da Saúde. Dados da Secretaria Municipal de Saúde.	Ação 1: Reforma e ampliação e equipar Unidades Básicas de Saúde.	Secretaria Municipal de Saúde	Unidades Básicas de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	2015	2024
	Cobertura do Programa Saúde da Família.		Ação 2: Implementação das ações do Programa Saúde na Escola	Secretaria Municipal de Saúde	Escolas Municipais	Programa Saúde na Escola	2015	Contínuo
	% de adolescentes grávidas e com atendimento de pré-natal.		Ação 3: Intensificação os trabalhos da Educação em Saúde nas Escolas.	Secretaria Municipal de Saúde	Escolas Municipais	Programa Saúde na Escola	2015	Contínuo

SAÚDE

Problema Central: Apesar dos seis primeiros anos de vida serem fundamentais para o desenvolvimento integral a garantia de políticas públicas integradas que assegurem o direito de idade a nascer, sobreviver e se desenvolver ainda se constitui em um grande desafio.

Objetivo de Impacto: Melhorar os serviços de saúde, educação e assistência voltadas para o atendimento de crianças de 0 a 6 anos de idade, mediante aprimoramento das políticas de atenção básica e de atenção especializada.

ODS associados: Saúde e bem-estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de Recursos	Datas previstas	
							Início	Término
Resultado Esperado 1: Melhorar os serviços de saúde, educação e assistência voltadas para o atendimento de crianças de 0 a 6 anos de idade, mediante aprimoramento das políticas de atenção básica e de atenção especializada.	Taxa de mortalidade infantil.	Dados do Ministério da Saúde. Dados da Secretaria Municipal de Saúde.	Ação 1: Mobilização de funcionários públicos e de toda a comunidade para realização e participação anual nas atividades da Semana do Bebê.	Secretaria Municipal de Saúde	Unidades Básicas de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	2015	Contínuo
	% de crianças com aleitamento materno exclusivo até 6 os meses de idade.		Ação 2: Identificação e captação precoce das gestantes do município, principalmente as adolescentes para realização de um pré-natal de no mínimo 7 consultas.	Secretaria Municipal de Saúde	Unidades Básicas de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	2015	Contínuo
	% de crianças de 0 a 2 anos com desnutrição infantil.		Ação 3: Atenção à gestante e ao recém-nascido no pré-parto, parto e pós-parto, com profissionais qualificados (MÉDICO, ENFERMEIRO E AGENTE DE SAÚDE).	Secretaria Municipal de Saúde	Unidades Básicas de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	2015	Contínuo
	% de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal.							

<p>Resultado Esperado 2: Garantir o direito de todas as crianças com faixa etária de 0 a 5 anos de idade a nascer, sobreviver e se desenvolver, através a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento das políticas de atenção básica e de atenção especializada.</p>	<p>% de crianças que teste do pezinho e da orelhinha entre o terceiro e sétimo dia de vida.</p>	<p>Dados do Ministério da Saúde.</p> <p>Dados da Secretaria Municipal de Saúde.</p>	<p>Ação 1: Realização de visitas regulares da criança à unidade de saúde para acompanhar seu estado de saúde no primeiro ano de vida, com utilização adequada da Caderneta de Saúde da Criança.</p>	<p>Secretaria Municipal de Saúde</p>	<p>Unidades Básicas de Saúde</p>	<p>Fundo Municipal de Saúde</p>	<p>2015</p>	<p>Contínuo</p>
	<p>% de e recém-nascidos com acesso a visitas semanais da equipe do PSF no pré-parto, parto e pós-parto.</p>		<p>Ação 2: Disponibilização no Hospital do teste do pezinho e da orelhinha para todas as crianças, entre o terceiro e o sétimo dia de vida.</p>	<p>Secretaria Municipal de Saúde</p>	<p>Unidades Básicas de Saúde</p>	<p>Fundo Municipal de Saúde</p>	<p>2015</p>	<p>Contínuo</p>
	<p>% de óbitos infantis de crianças de 0 a 5 anos de idade investigados.</p> <p>% de crianças vacinadas com vacina pentavalente.</p>		<p>Ação 3: Ações contínuas de combate a diarreias (TRO) e a doenças respiratórias pela equipe do PSF (orientações, consultas, realização de exames).</p>	<p>Secretaria Municipal de Saúde</p>	<p>Unidades Básicas de Saúde</p>	<p>Fundo Municipal de Saúde</p>	<p>2015</p>	<p>Contínuo</p>

SAÚDE

Problema Central: Existe crianças e adolescentes no município de Buriti dos Montes com doenças relacionadas a disfunções alimentares

Objetivo de Impacto: Diminuir a incidência de crianças e adolescentes com doenças relacionadas a disfunções alimentares através da Implementação de ações de saúde e educação.

ODS associados: Fome zero e agricultura sustentável - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de Recursos	Datas previstas	
							Início	Término
Resultado Esperado 1: Reduzir de 12% para 5% o número de crianças e adolescentes com doenças relacionadas a disfunções alimentares (sobrepeso ou obesidade e desnutrição).	% de crianças e adolescentes com o peso adequado a sua faixa etária;	Dados do Ministério da Saúde. Dados da Secretaria Municipal de Saúde.	Ação 1: Realização de visitas regulares da criança à unidade de saúde para acompanhar seu estado de saúde no primeiro ano de vida, com utilização adequada da Caderneta de Saúde da Criança.	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	2015	Contínuo
	% de crianças e adolescentes com doenças relacionadas a disfunções alimentares acompanhados mensalmente pela nutricionista.		Ação 2: Realização de campanhas e atividades educativas nas escolas e comunidades sobre doenças relacionadas a disfunções alimentares.	Secretaria Municipal de Saúde	Unidades Básicas de Saúde Secretaria Municipal de Educação	Fundo Municipal de Saúde	2015	Contínuo
	% de crianças e adolescentes com sobrepeso e obesidade realizando atividade física regularmente.		Ação 3: Implementação das ações do Programa Saúde na Escola com foco na importância de hábitos alimentares saudáveis.	Secretaria Municipal de Saúde	Unidades Básicas de Saúde Secretaria Municipal de Educação	Fundo Municipal de Saúde	2015	Contínuo

	% de crianças e adolescentes recebendo ferro e suplementação alimentar.							
Resultado Esperado 2			Ação 1: Fornecimento da suplementação de ferro para todas as crianças entre 6 e 18 meses de vida. Administrar a mega dose de vitamina A para crianças de 6 a 59 meses (a cada 6 meses) e mães no puerpério imediato (antes da alta hospitalar).	Secretaria Municipal de Saúde	Unidades Básicas de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	2015	Contínuo
			Ação 2: Realização de visitas domiciliares (MÉDICO, ENFERMEIRA E AGENTE DE SAÚDE) às mães no puerpério e a seus bebês (em especial àqueles com menos de 2,5 Kg) pelo menos quinzenalmente, no primeiro mês após o parto. Intensificar o acompanhamento na zona rural.	Secretaria Municipal de Saúde	Unidades Básicas de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	2015	Contínuo
			Ação 3: Acompanhamento nutricional mensal de todas as crianças e adolescentes com	Secretaria Municipal de Saúde	NASF e Secretaria Municipal de Educação	Fundo Municipal de Saúde	2015	Contínuo

		doenças relacionadas a disfunções alimentares.				
--	--	--	--	--	--	--

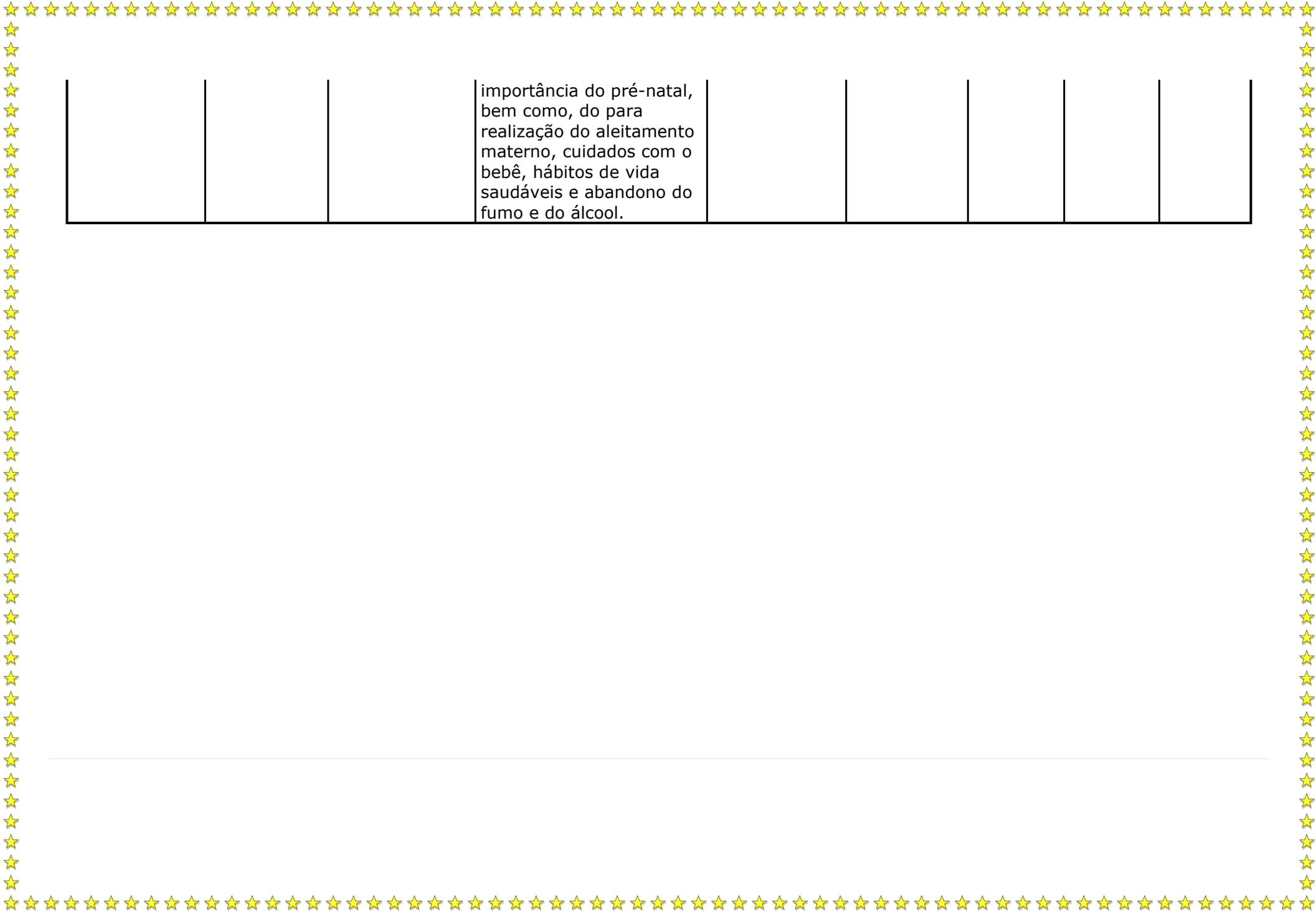
SAÚDE

Problema Central: Embora dados do MS/SINASC informem que em 2017 o número de mulheres que realizam 7 ou mais consultas de pré-natal tenha sido de 71%, considera-se que esse resultado ainda precisa ser ampliado.

Objetivo de Impacto: Garantir assistência necessária para que todas as gestantes do município tenham uma gravidez saudável.

ODS associados: Saúde e bem-estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Resultado esperado	Indicadores de Resultado	Meios de Verificação	Ações ou Projetos	Responsável	Envolvidos	Fontes de Recursos	Datas previstas	
							Início	Término
Resultado Esperado 1: Assegurar que, no mínimo 80% das gestantes do município realizem um pré-natal de no mínimo 7 consultas, principalmente as adolescentes. Indicadores de resultado	% de gestantes que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal. % de adolescentes grávidas com 7 ou mais consultas de pré-natal;	Dados do Ministério da Saúde. Dados da Secretaria Municipal de Saúde.	Ação 1: Identificação e captação das mulheres grávidas, até o segundo mês de gestação e encaminhá-las para os serviços de pré-natal.	Secretaria Municipal de Saúde	Unidades Básicas de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	2015	Contínuo
			Ação 2: Realização de exames com recebimento dos resultados em tempo hábil – tipo sanguíneo (ABO-Rh), hemoglobina/hematócrito, VDRL, sumário de urina, glicemia de jejum, anti-HIV e teste para diagnóstico da toxoplasmose.	Secretaria Municipal de Saúde	Unidades Básicas de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	2015	2015
			Ação 3: Realização, pelo menos, dois momentos educativos em que cada gestante tenha a oportunidade de ser conscientizada sobre a	Secretaria Municipal de Saúde	Unidades Básicas de Saúde	Fundo Municipal de Saúde	2015	2015



		importância do pré-natal, bem como, do para realização do aleitamento materno, cuidados com o bebê, hábitos de vida saudáveis e abandono do fumo e do álcool.					
--	--	---	--	--	--	--	--
